

PLANO DE AÇÃO

Nome da entidade formadora.

(designação da Escola, Centro de Formação ou outro tipo de entidade, conforme legalmente instituído)

FUNDAÇÃO MONSENHOR ALVES BRÁS – ESCOLA PROFISSIONAL DE AGENTES DE SERVIÇO E APOIO SOCIAL

Morada e contactos da entidade formadora.

(morada, contacto telefónico e endereço eletrónico; circunscrever a informação à sede, no caso de haver outras unidades orgânicas)

Rua de Santo António à Estrela, 35, 1399-043 Lisboa

Fmab.gde@gmail.com; Telefone: 213942428/9

Nome e cargo do responsável da entidade formadora.

Maria do Céu Campos Simões

Directora Geral

(Inserir, a partir da página seguinte, o Plano de Ação para o alinhamento com o Quadro EQAVET, datado e assinado, considerando na sua elaboração as orientações presentes no *Documento Base, Nota n.º 1* de 11/04/2016)

1. Apresentação da Escola Profissional de Agentes de Serviço e Apoio Social

A Escola Profissional de Agentes de Serviço e Apoio Social (EP-ASAS) iniciou a sua atividade em 1991, tem sede no concelho de Lisboa e um pólo que funcionou na Região Autónoma da Madeira entre os anos 2000 e 2016. Desde 1998, a EP-ASAS depende juridicamente da Fundação Monsenhor Alves Brás (FMAB)ⁱ, entidade sua proprietária.

A FMAB/EP-ASAS é uma entidade privada sem fins lucrativos, assume o caráter de uma Fundação de Solidariedade Social com Personalidade Jurídica Canónica e Civil e goza de autonomia para desenvolver as suas atividades de natureza pedagógica, cultural e tecnológica nos termos do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho.

A estrutura orgânica da EP-ASAS compreende, de acordo com os estatutos, um órgão diretivo designado por Direção-Geral, um órgão de coordenação técnico-pedagógica designado por Direção Pedagógica e um órgão de caráter consultivo designado por Conselho Consultivo.

Para além dos órgãos estatutários, a escola apresenta um órgão de aconselhamento designado por Conselho Pedagógico e cuja função é de aconselhamento da Direção Pedagógica.

Em termos de ideário, a escola respeita a liberdade de consciência de cada pessoa, orientando a sua ação pelos princípios definidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem e pela Doutrina e Moral Cristã Católica.

A ação da escola alicerça-se no trabalho de intervenção social em prol da formação cultural, científica e profissional desenvolvida por Monsenhor Joaquim Alves Brás, figura inspiradora de toda a prática educativa.

Ao longo destes anos de existência, a EP-ASAS tem ministrado cursos profissionais nas áreas da Animação Sociocultural, do Apoio à Infância, do Secretariado Administrativo e do Turismo¹. Tem, no entanto, autorização para o funcionamento de nove cursos que, para além de conferirem aos alunos a equivalência ao 12.º ano de escolaridade e a possibilidade destes acederem ao ensino superior, permitem, ao mesmo tempo, a sua entrada no mundo do trabalho como profissionais de nível intermédio (nível de qualificação 4, de acordo com o Quadro Nacional de Qualificações²): *Técnico de Apoio à Infância, Animador Sociocultural, Técnico de Secretariado, Técnico de Turismo, Técnico de Biblioteca, Arquivo e Documentação, Técnico de Contabilidade e Técnico de Gestão, Técnico de Organização de Eventos e Técnico de Receção*. Qualquer destes cursos tem uma duração de três anos letivos e apresenta, no seu plano de estudos, três áreas: a sociocultural, a científica e a técnica³.

Ao mesmo tempo, a EP-ASAS ministrou, entre os anos letivos 2014/2015 e 2016/2017, o curso vocacional de *Técnico de Ação Educativa*⁴. Tratava-se de um curso de formação inicial, com uma duração de dois anos letivos inserindo-se na Área de Educação Formação dos *Serviços de Apoio a Crianças e Jovens*⁵, conferindo equivalência ao 12.º de escolaridade, uma qualificação de nível 4 e dando, ainda, a possibilidade de acesso ao ensino superior. A par das componentes de formação geral, complementar e vocacional, o curso apresentava uma forte componente de formação em contexto real de trabalho, proporcionando aos alunos, para além das competências de ordem sociocultural e científica, competências técnicas em termos do cuidar de crianças com idade até aos 6 anos, incluindo crianças com necessidades específicas de educação, durante as suas atividades quotidianas e de tempos livres, garantindo a sua segurança e bem-estar e promovendo atividades com vista ao seu desenvolvimento adequado.

¹ Os cursos de Animador Sociocultural e de Técnico de Apoio à Infância iniciaram-se, respetivamente, nos anos letivos 1991/1992 e 1995/1996. O curso de Técnico de Secretariado funcionou somente no ciclo 2006/2007-2008/2009. O curso de Técnico de Turismo iniciou o seu funcionamento no ano letivo 2008/2009.

² Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho – Quadro Nacional das Qualificações.

³ De acordo com os artigos 2.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho e com a alteração que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de Junho.

⁴ Criado ao abrigo da Portaria n.º 276/2013 (experiência piloto) e Portaria n.º 341/2015, de 9 de Outubro.

⁵ Portaria n.º 256/2005, de 16 de março – Classificação Nacional das Áreas de Educação Formação.

O desenvolvimento de Cursos de Especialização Tecnológica⁶, em parceria com instituições do ensino superior, fez parte dos planos de alargamento das atividades de formação da EP-ASAS. Neste âmbito, foi apresentada uma candidatura, numa parceria com o Instituto Superior de Educação e Ciências, junto da *Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP*, para o curso de “Gestão Hoteleira e Alojamento”, candidatura aprovada por Despacho do Secretário de Estado da Educação n.º 1686/2016, de 3 de Fevereiro. Este curso tinha como finalidade, de acordo com o Quadro Nacional de Qualificações, formar técnicos especialistas de nível 5 que, dominando saberes de natureza científica, técnica e prática, dirigem-se, coordenem-se e controlem-se as atividades das secções afetas ao departamento de alojamento hoteleiro, designadamente, da portaria/recepção, andares/quartos e lavandaria/rouparia, garantindo a qualidade do serviço e a maximização da capacidade de alojamento de uma unidade hoteleira.

Esta formação, auto financiada, não chegou a ser ministrada por uma razão fundamental: a exigência do pagamento de uma propina, pagamento que em momento de crise económica se tornou complicado para os candidatos que manifestaram interesse em frequentar esta formação.

Paralelamente, a EP-ASAS teve em funcionamento dois Cursos de Educação e Formação (tipologia 2) nas áreas da *Manicura-Pedicura* e do *Acompanhante de Crianças*, conferindo aos alunos a equivalência ao 9.º ano de escolaridade e, ao mesmo tempo, um nível de qualificação 2, de acordo com o Quadro Nacional de Qualificações.

Para o desenvolvimento da sua atividade, a EP-ASAS conta com um serviço de assessoria prestado pelo *Gabinete de Desenvolvimento Estratégico* em termos:

- do *Observatório da Escola Profissional de Agentes de Serviço e Apoio Social (EP-ASAS)*: a) conceção e aplicação de instrumentos de avaliação da qualidade da escola; b) conceção de materiais pedagógicos de apoio às várias áreas disciplinares; c) conceção de metodologias de apoio à prática

⁶ Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de maio.

pedagógica/estágios profissionais; d) conceção de formas de funcionamento interdisciplinar; e) diagnóstico de necessidades de formação de pessoal docente e não docente; f) estudos sobre os contextos familiares e sociais em que vivem os alunos.

- do *Observatório dos ex-alunos da EP-ASAS*: a) constituição de bases de dados sobre percursos escolares, percursos profissionais e níveis de emprego; b) diagnóstico de necessidades de formação; c) planeamento, conceção, organização, promoção e desenvolvimento de ações de formação contínua dirigidas a ex-alunos.
- do *Observatório das Organizações de Trabalho*: a) constituição de bases de dados com indicadores de qualidade das instituições enquanto integradoras de estágios profissionais; b) oferta de consultoria técnica em matéria de avaliação da qualidade, concebendo e aplicando modelos que permitam aferir o nível de qualidade das organizações; c) oferta de consultoria técnica em matéria de estudo e implementação de medidas de afetação, manutenção e desenvolvimento de recursos humanos.

Para além de assessorar a EP-ASAS, o *Gabinete de Desenvolvimento Estratégico* presta também apoio técnico a outras áreas de atividade da FMAB: a) promovendo o emprego, através do *Gabinete de Apoio ao Emprego*; b) promovendo a família, através do *Centro de Apoio à Família*; c) promovendo a formação ao longo da vida, através da oferta de *Formação Contínua* certificada: quer de unidades de formação de curta duração constantes no catálogo nacional das qualificações, quer de ações de formação concebidas à medida das necessidades dos clientes, quer ainda do curso de formação inicial pedagógica de formadores.

2. Projeto Educativo Global 2014 a 2020: Educação, Desenvolvimento e Cidadania

A missão principal da escola tem sido a de promover a formação profissional inicial de nível 4. Para a consecução desta missão a escola procurará:

1. Criar um “ethos formativo” promotor do desenvolvimento pessoal e da cidadania;

2. Promover uma cultura de qualidade e de participação;
3. Desenvolver a inclusão de todos os alunos, melhorando as competências potenciais de cada um;
4. Estabelecer exigentes padrões éticos na formação e na inserção profissional;
5. Aprofundar a reflexão estratégica por forma a antecipar linhas de intervenção adequadas às necessidades emergentes no tecido social;
6. Alargar o quadro de parcerias com entidades formativas e de prestação de serviços à comunidade;
7. Desenvolver a qualidade e formação de docentes;
8. Manter e aprofundar uma prática regular de monitorização da qualidade;
9. Proporcionar aos alunos um acompanhamento multidirecionado, de grande proximidade;
10. Proporcionar aos alunos um contato frequente com um leque abrangente de iniciativas culturais que os prepare para uma maior abrangência e maleabilidade do seu perfil pessoal e profissional.

Para cada um dos dez “pilares” acima enunciados faz-se de seguida uma explicação muito sintética:

Criar um ethos formativo promotor do desenvolvimento pessoal e da cidadania

A maior parte dos alunos entra e frequenta esta escola enquanto adolescentes. É um período muito rico em processos de construção de valores pessoais, de afirmação cognitiva, de potenciação das relações sociais e da amizade, de abertura a causas que transcendam o mundo próximo e de experiência participativa e cívica. A escola não é encarada apenas como um local onde se ensinam saberes e práticas. É também um locus de participação cívica.

Promover uma cultura de qualidade e de participação

Continuando práticas já instituídas, continuar-se-ão a auscultar regularmente os diferentes membros da comunidade educativa (direção, docentes, trabalhadores não-docentes, alunos, parceiros), através de instrumentos de

avaliação da qualidade, formalizados, confidenciais e anónimos, capazes de traçar um perfil da adequação do desempenho organizacional e do grau de consecução dos objetivos formativos. Para além disso, continuará a promover-se uma cultura de participação nas decisões, aperfeiçoando, nomeadamente, os canais de participação dos alunos, quer através de estruturas de gestão próprias (Associação de Estudantes), quer através da sua participação nos órgãos intermédios de governo (Conselho Pedagógico, Conselho Consultivo) ou de gestão das turmas (Delegados de turma e Curso).

Desenvolver a inclusão de todos os alunos, melhorando as competências potenciais de cada um

O aumento da escolaridade obrigatória para 12 anos traz à escola, em maior número, alunos referenciados para necessidades educativas especiais. Isso obriga os docentes a uma gestão difícil das competências individuais e à criação de práticas de diferenciação pedagógica.

Isso obriga ainda a escola a realizar uma adaptação do paradigma da máxima eficiência onde teriam sucesso os mais aptos para um paradigma de potenciação máxima das competências individuais que, no final, assegure todo o sucesso possível a todos os alunos. Esta mudança de paradigma formativo não é fácil, nomeadamente porque uma das finalidades principais da formação é a inclusão laboral, tecido este nem sempre disponível para algum tipo de diferenciação. Por esta razão, a escola vem privilegiando uma política de intervenção indireta, minimizando a oferta de apoios, por forma a dotar o estudante da resiliência necessária para uma inserção profissional não-protégida.

Estabelecer exigentes padrões éticos na formação e na inserção profissional

Todos os cursos ministrados na escola situam-se no âmbito dos serviços humanos e, por isso, exigem elevados padrões de conduta ética e de ética do cuidado. Por esta razão, são estas questões frequentemente ensinadas, debatidas e avaliadas, nomeadamente nas situações de aprendizagem em contexto de trabalho. Também no dia-a-dia das relações entre professores e alunos e entre estes últimos se exigem condutas de respeito e tolerância, cuidado na linguagem e no trato, atenção compreensiva para pontos de vista, sentimentos e afetos, condutas estas geradoras de um clima relacional positivo e ético.

Aprofundar a reflexão estratégica por forma a antecipar linhas de intervenção adequadas às necessidades emergentes no tecido social

A escola tem estado particularmente atenta, e deverá continuar a fazê-lo, às modalidades e alternativas de desenvolvimento da sua oferta formativa por forma a não seguir apenas uma postura reativa mas antecipar-se às necessidades emergentes do tecido social. Alguns cursos profissionais poderão ter atingido já um ponto de saturação ao nível da oferta de emprego, mas outras áreas emergentes exigem capacidade de formulação de respostas formativas inovadoras.

É por esta razão que a reflexão estratégica deve contemplar um quadro de desenvolvimento a médio prazo, respondendo de forma tão clara quanto possível à questão: a que necessidades formativas será necessário responder nos próximos dez anos?⁷

⁷ Refira-se, a propósito da necessidade de estabelecer um quadro de desenvolvimento a médio prazo, o estudo intitulado *Análise Prospectiva da Evolução Sectorial em Portugal*, estudo encomendado pela ANQ-Agência Nacional para a Qualificação e pela ANESPO-Associação Nacional de Escola Profissionais a uma equipa científica do ISCTE-IUL e que identifica os setores de atividade que apresentam carências em matéria de oferta formativa.

Alargar o quadro de parcerias com entidades formativas e de prestação de serviços à comunidade

A EP-ASAS tem vindo a intensificar uma política de parcerias a fim de reforçar o seu envolvimento no tecido económico, social e cultural da comunidade. Do contato com as organizações parceiras, a EP-ASAS tem retirado um conjunto de mais-valias ao nível das várias áreas formativas em que atua.

Por um lado, assinala-se a importância das parcerias que visam a prossecução de iniciativas de formação e desenvolvimento institucional, destacando-se, entre elas: a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa; o Instituto Superior de Educação e Ciências; a Escola Superior de Educação Almeida Garrett; o Centro de Cooperação Familiar (entidade com implantação nacional); a Obra de Santa Zita (entidade com implantação nacional); a FITI – Federação das Instituições da Terceira Idade; a UDIPSS – União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade de Lisboa.

Por outro lado, realça-se a importância das parcerias que visam o apoio à Formação em Contexto de Trabalho dos alunos que frequentam os vários cursos ministrados. Entre elas, mencionam-se: os vários equipamentos de serviços de apoio a crianças, jovens e pessoas idosas da SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; as várias organizações – públicas e privadas – que prestam serviços humanos (jardins de infância, atividades de tempos livres, centros juvenis, centros de dia, centros de convívio, residências de idosos, departamentos de ação social de juntas de freguesia e câmaras municipais, entre outras); as ludotecas e bibliotecas municipais; as organizações relacionadas com o setor de turismo (hotéis, hostéis, agências de viagens, museus, entre outras).

Desenvolver a qualidade e formação docente

Embora a lecionação nos cursos em funcionamento na EP-ASAS – na componente sociocultural e na componente científica – seja assegurada por um corpo docente possuidor de habilitação profissional para a docência, cumprindo, assim, os requisitos inscritos na legislação em vigor e embora a lecionação, no que respeita à componente técnica dos cursos, seja assegurada por profissionais que, para além de possuírem formação de base superior, detêm larga experiência nas áreas de especialização dos cursos, tem sido preocupação da EP-ASAS providenciar ações de formação dirigidas aos professores que versem, entre outras, as problemáticas da planificação, da gestão da sala de aula, do multiculturalismo, das necessidades especiais de educação, dos ambientes de aprendizagem e motivação, da avaliação, dos processos de sala de aula, da aplicação da justiça dentro e fora da sala de aula.

Manter e aprofundar uma prática regular de monitorização da qualidade

A monitorização da qualidade da formação constitui uma prática levada a efeito através de vários estudos junto dos formandos e dos ex-formandos. Estes estudos, elaborados pelo *Gabinete de Desenvolvimento Estratégico*, permitem avaliar os resultados da formação nos seguintes aspetos: a) percentagem de formandos que prosseguiram estudos para cursos de nível superior e tipos de cursos frequentados; b) percurso profissional e taxas de empregabilidade, áreas de atividade profissional; c) classificação profissional, níveis de responsabilidade assegurados profissionalmente; d) duração do trabalho, regimes contratuais e estabilidade de emprego; e) nível de rendimentos do trabalho; f) satisfação profissional, reconhecimento social do trabalho, frequência de formação profissional nas instituições ou empresas; g) avaliação da EP-ASAS: avaliação global, competência dos professores e qualidade das metodologias de ensino, qualidade da relação entre alunos e professores, justiça nos processos de avaliação, qualidade dos

materiais pedagógicos, acessibilidade dos alunos junto da direção da escola; g) avaliação da EP-ASAS: qualidade das aprendizagens em contexto de trabalho, relação entre os conhecimentos teóricos e as necessidades de informação colocadas na prática, qualidade das observações e intervenções realizadas em situação de estágio, capacidade para conceber, executar e avaliar projetos no final do estágio; h) avaliação da EP-ASAS: a representação da qualidade da EP-ASAS pelas instituições onde decorrem estágios, implicações do curso na vida pessoal e profissional dos alunos.

Proporcionar aos alunos um acompanhamento multidirecionado, de grande proximidade

O acompanhamento dos formandos, quer durante a sua formação escolar, quer no período pós-formação, tem sido uma constante preocupação da escola.

Durante a formação escolar, distinguem-se dois tipos de acompanhamento: a) acompanhamento direto, sistemático e personalizado dado a cada formando pelo seu professor tutor; b) acompanhamento do formando em contexto de trabalho por parte de um professor designado expressamente para o efeito.

No período pós-formação, dado que os cursos em funcionamento conferem preparação para a inserção no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, possibilitam aos formandos o prosseguimento de estudos superiores, a EP-ASAS, através do *Gabinete de Desenvolvimento Estratégico*, tem dado um especial enfoque à observação dos ex-formandos nos seus percursos profissionais e escolares, uma vez que essa observação permite, por um lado, aferir da pertinência social das formações ministradas e, por outro lado, perceber as necessidades de formação contínua que os profissionais sentem no exercício da sua atividade.

Proporcionar aos alunos um contacto frequente com um leque abrangente de iniciativas culturais que os prepare para uma maior abrangência e maleabilidade do seu perfil pessoal e profissional

Os bons resultados alcançados pelas escolas não estão unicamente relacionados com os contextos socioculturais dos alunos. O clima escolar e o ethos curricular da instituição – com os seus projetos e metodologias de trabalho, com as formas de gestão e participação nesses mesmos projetos, com o tempo que os professores têm para a sua conceção, gestão e avaliação – constituem variáveis que permitem medir a qualidade de um contexto de aprendizagem.

E, sendo assim, uma maior participação dos alunos na vida escolar, de modo a envolvê-los em trabalhos que despertem o seu interesse, elevem a sua responsabilidade enquanto membros de uma comunidade educativa e contribuam para o seu desenvolvimento pessoal e profissional, constitui uma exigência que se coloca à EP-ASAS em termos de ensino e de aprendizagem.

A Educação, o Desenvolvimento e a Cidadania constituem as três linhas do Projeto Educativo Global para o período de 2014 a 2020. Nessa medida, elas enquadrarão as temáticas específicas que serão tratadas nos projetos pedagógicos que se desenvolverão em cada um dos anos letivos.

Ano letivo 2014/2015: o projeto pedagógico terá como temática a *Solidariedade e a Dignidade Humana* e incluirá diversas iniciativas – ações de solidariedade, workshops, ações de sensibilização, jornadas, entre outras – que terão como propósito proporcionar aos alunos diferentes experiências de aprendizagem.

Entre as várias iniciativas, destacam-se as seguintes:

- *Participação Política: um Direito e um Dever de Cidadania.* Trata-se de uma iniciativa cujo objetivo é dar conta da importância da participação política como forma de contribuir para estreitamento dos laços de solidariedade que devem existir entre os cidadãos e, dessa forma, garantir a preservação da dignidade humana;
- *Leitura: "Quem não vê bem uma palavra não vê bem a alma" – Fernando Pessoa.* Para esta iniciativa os alunos representarão a peça de teatro "Supergigante", uma adaptação da obra com o mesmo título, da autoria da escritora Ana Pessoa que estará presente;
- *Lisboa com Fernando Pessoa: "Outra vez te revejo, Lisboa".* Nesta iniciativa, os alunos serão conduzidos aos vários espaços da cidade de Lisboa frequentados por Fernando Pessoa;
- *Turismo e Cidadania: circuitos turísticos em Lisboa (literários, fado, água, reconstrução pombalina, outros).* Trata-se de uma iniciativa que consiste na organização, por parte dos alunos, de um circuito turístico na cidade de Lisboa;
- *Para uma boa utilização das redes sociais.* Procura-se, com esta iniciativa, dar conta das vantagens da utilização das redes sociais na sociedade moderna, mas ao mesmo tempo alertar para os riscos que essas mesmas redes sociais comportam.
- *A arte de contar histórias.* Iniciativa que contará com um contador de histórias e cujo propósito é demonstrar que contar histórias só é arte se encantar as crianças;
- *Rir, faz bem!* Nesta iniciativa, a Operação Nariz Vermelho dará conta do trabalho efetuado nas alas pediátricas dos hospitais;

Ao mesmo tempo, prevê-se que a operacionalização do projeto possa também ser feita através de ações de solidariedade concebidas pelos alunos junto de instituições de apoio social, procurando criar, deste modo, uma maior sensibilidade em relação às questões da solidariedade e da dignidade humana.

Ano letivo 2015/2016: o projeto pedagógico assenta em duas intencionalidades e valores chave: a *Sustentabilidade* e a *Compaixão*. As

questões da sustentabilidade estão no centro das políticas de cidadania global e disso se têm feito eco numerosas agências internacionais e nacionais, seriamente preocupadas com a rutura dos equilíbrios climáticos, com a sobreexploração dos recursos naturais e fósseis, com a emergência de insuficiências alimentares e profunda alteração nos modos de produção de alimentos, com a degradação das condições de trabalho e de fruição cultural. Nos nossos dias, verificamos igualmente numerosas marcas de insustentabilidade nas relações entre povos com a emergência de clivagens entre radicalismos religiosos, entre formas de organização política das sociedades e na definição e (des)respeito de liberdades, direitos e deveres fundamentais. Conflitos armados, alimentados por superpotências que necessitam responder às suas poderosas indústrias de defesa, vêm lançando o caos em numerosas áreas do mundo, com o surgimento de milhões de refugiados. O desemprego, o fosso cada vez maior entre os muito ricos e os muito pobres, as dificuldades de acesso a serviços de saúde com qualidade em muitos países, a insuficiência de serviços de educação que permitam o acesso à escolarização básica universal, são outras marcas fortes de insustentabilidade.

As temáticas do projeto emergem igualmente de iniciativas da ONU que declarou o ano de 2016 como o Ano Internacional das Leguminosas, matéria base na alimentação dos povos e particularmente fundamentais para assegurar a vida aos biliões de pessoas que ainda são sujeitos a períodos de fome extrema. A União Europeia também indicou o ano de 2016 como o Ano Europeu Contra o Desperdício Alimentar. Esta problemática ganhou extrema relevância no nosso país, pelo impacto da crise económica nas famílias o que fez surgir numerosas ações de intervenção que visam terminar o desperdício alimentar, fazendo chegar os alimentos junto de quem deles necessita. Ainda, a Santa Sé, declarou o ano de 2015/2016 como o Ano Santo da Misericórdia, sendo esta uma forma de, nas palavras do papa Francisco, tornar o mundo menos frio e mais justo. Neste projeto, assume-se Misericórdia como sinónimo de Compaixão.

É neste quadro de valores que se organizam ações do projeto pedagógico deste ano e que serão operacionalizadas em projetos de turma que visam promover quer a sustentabilidade das ações e contextos de vida quer um olhar atento e empático para aquilo que pode ser mudado pela ação individual ou dos grupos de alunos.

Ano letivo 2016/2017: o Projeto Pedagógico terá como temática a *Vulnerabilidade e Acolhimento*. Os sinais de vulnerabilidade em muitos domínios do humano têm-se acentuado perigosamente nos últimos anos e merecido a atenção de governos e agências internacionais. Catástrofes naturais e as provocadas pelas alterações climáticas, deixam comunidades, sobretudo as que vivem em contextos de pobreza, em situação de grande precariedade. Extremismos religiosos instrumentalizados por interesses ocultos, fazem emergir guerras, limpezas étnicas, violência gratuita, insegurança generalizada, gerando milhões de deslocados e de refugiados. Muitos refugiados são abandonados para morrer no meio do oceano. Reações de xenofobia manifestam-se na recusa de acolhimento a quem procura proteção, na construção de muros físicos e de barreiras burocráticas. Erguem-se de novo vozes radicalizadas que antevêm a contaminação de povos europeus por culturas e religiões diferentes e tidas como ameaçadoras.

Práticas financeiras ultraliberais e sem escrúpulos lançaram o mundo numa crise económica global com consequências no aumento das desigualdades. Em alguns países europeus, a distância entre os muito ricos e os muito pobres alargou-se, tendo os ricos ficado ainda mais ricos e os pobres substancialmente mais pobres. A proporção de crianças que vivem em situação de pobreza aumentou consideravelmente, o desemprego cresceu muito, nomeadamente entre os mais jovens e mais qualificados e tudo isto foi acompanhado de precarização das condições de trabalho para os que obtêm emprego. Persistem ainda fortes desigualdades de género nomeadamente na remuneração do trabalho.

Em Portugal, estes efeitos da crise financeira continuam a fazer-se sentir. Muitas famílias viram os seus rendimentos decrescer abruptamente e a não serem suficientes para proporcionar bem-estar, alimentação condigna, acesso a cuidados de saúde e educação de qualidade. Situações de emergência social continuam a fazer face às consequências do desemprego e da pobreza extrema. A evolução demográfica mostra um progressivo envelhecimento da população com a emergência de novas necessidades de cuidado e de apoio social. Uma grande variedade e riqueza de projetos voluntários e solidários têm procurado atender a carências básicas tais como a alimentação e o vestuário, o acesso a livros escolares, proporcionar apoio aos sem abrigo e a crianças e jovens em situações de risco e atenuar o isolamento social e a pobreza de muitos cidadão mais idosos.

Todo este contexto explica porque é que é tão importante desenvolver comportamentos de acolhimento face a situações de vulnerabilidade. Também é essa a razão pela qual a EP-ASAS resolveu eleger como tema do projeto pedagógico de 2016/2017 a *Vulnerabilidade* e o *Acolhimento*, procurando acolher sugestões da Santa Sé, da ONU e de outras agências internacionais. A escolha desta temática deve estimular o desenvolvimento de projetos solidários e de comportamentos de aceitação, abertura e inclusão.

Ano letivo 2017/2018: o Projeto Pedagógico terá como temática a *Cultura e a Identidade, Um Futuro a Construir*. A construção de uma identidade pessoal é um processo muito longo, que acompanha todo o desenvolvimento humano e que é interdependente da cultura. A operacionalização deste projeto tomará como ponto de partida as seguintes preocupações:

- *Enquanto escola, quais serão os compromissos de todos nós para com esta casa global, para com esta memória dos povos e das gentes?*
- *Que projetos curriculares podemos desenvolver para melhor promover o conhecimento das diferentes culturas e identidades?*
- *Que ações promover para melhorar o contacto dos alunos com áreas culturais diversificadas?*

- *Que ações pode a escola promover para melhor compreender e valorizar as culturas e identidades dos seus alunos?*
- *Enquanto escola, quais serão os nossos compromissos para integrar e melhorar a sua identidade como “local” de desenvolvimento de jovens cultos, participativos, escutados, com projetos pessoais informados e mais promissoras perspectivas de futuro?*
- *Enquanto escola, quais serão os nossos compromissos para integrar e melhorar a sua identidade como “local” de desenvolvimento de professores e restantes trabalhadores, investidos, inconformados e resilientes?*

Enquanto pessoas humanas, somos completamente interdependentes de outros humanos, isto é, vivemos na interseção de culturas individuais e coletivas. E é também por isso que faz todo o sentido responder à pergunta que o Papa Francisco lançou recentemente aos jovens:

- *“Qual é para nós hoje esta nova terra, a não ser uma sociedade mais justa e fraterna à qual vós aspirais profundamente e que desejais construir até às periferias do mundo?”*

Ano letivo 2018/2019: o Projeto Pedagógico terá como temática o *Diálogo: Caminho para a Paz*. Este projecto assenta em duas intencionalidades e valores chave: *Diálogo* e a *Paz*. O Ano Internacional das Línguas Indígenas, proclamado pela ONU para este ano, bem como o primeiro Centenário do Tratado de Versailles e outras efemérides afins, dão-nos motivos para entendermos, valorizarmos e operacionalizarmos, os dois valores chave atrás mencionados.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 94/2018, aprovou a nova Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018 - 2022, fortemente ancorada aos pressupostos defendidos pela ONU, quando, no final de 2015, estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem trabalhados por todos os países e a serem

atingidos até 2030. No âmbito da educação salienta-se a meta 4.7 do ODS nº 4 (Educação de Qualidade): “garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável (...) por meio da educação para o desenvolvimento sustentável, estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e da não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável”.

Este projecto procura responder a preocupações relacionadas com a criação de uma escola mais participada, aberta ao exterior, centrada numa cultura inclusiva, de paz e de cidadania ativa. Importa ainda salientar a reintrodução da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, que pode servir como motor da discussão de muitas das problemáticas anteriormente enunciadas.

A operacionalização do Projeto passa por dar resposta às seguintes interrogações:

- Enquanto escola, quais serão os compromissos que os alunos, os professores e demais pessoas que compõem a comunidade escolar devem assumir face aos desafios colocados a nível global com as questões da paz?
- Que projetos de turma ou interturmas podemos desenvolver para melhor promover uma cultura inclusiva, de diálogo e de paz?
- Que ações podemos promover para melhorar os circuitos de diálogo entre os diferentes atores educativos?
- Que ações pode a escola desenvolver para melhor formar os alunos nas questões do diálogo e da paz?

Ano letivo 2019/2020: o Projeto Pedagógico terá como temática o *Em Missão num Mundo em Construção*. Com este projecto, pretende-se dar rosto ao tema proposto pela ONU para 2020 – Ano Internacional da Fitossanidade – e, ainda, ao Bicentenário do Constitucionalismo em

Portugal, incentivando os jovens a uma maior participação na discussão destes dois temas..

A Lei n.º 11/87, de 7 de Abril, Lei de Bases do Ambiente, em especial no artigo 15º sobre a flora, preconizava já, então, a adopção de “medidas que visem a salvaguarda e valorização das formações vegetais espontâneas ou subespontâneas, do património florestal e dos espaços verdes e periurbanos (...) São proibidos os processos que impeçam o desenvolvimento normal ou a recuperação da flora e da vegetação espontânea que apresentem interesses científicos, económicos ou paisagísticos, designadamente da flora silvestre, que é essencial para a manutenção da fertilidade do espaço rural e do equilíbrio biológico das paisagens e à diversidade dos recursos genéticos (...) As espécies vegetais ameaçadas de extinção ou os exemplares botânicos isolados ou em grupo que, pelo seu potencial genético, porte, idade, raridade ou outra razão, o exijam serão objecto de protecção, a regulamentar em legislação especial (...) [proibindo] a importação ou introdução de exemplares exóticos, serão objecto da legislação adequada”.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, entre os seus 17 Objectivos, para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), a serem atingidos até 2030, preconiza uma educação ambiental, como ferramenta fundamental para consciencializar todos os cidadãos e, neste caso em especial, os jovens estudantes, para as questões ambientais, sendo desejável que os mesmos intervenham na elaboração de leis adequadas à protecção ambiental. E destes objectivos, se bem que o ambiente seja transversal a quase todos eles, destaca-se o décimo quinto: “Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade”.

Ao mesmo tempo, o Bicentenário do Constitucionalismo em Portugal, cuja celebração terá início em 2020, é uma grande ocasião que nos conduzirá, a realizar, nos anos mais próximos, um conjunto de actividades que celebrarão essa relevantíssima transformação na sociedade portuguesa e que

teve uma grande influência também na Europa. Duzentos anos depois, este reviver da nossa História, deverá constituir um desafio às escolas no incentivar e consciencializar os estudantes, ao conhecimento das raízes da luta pelo constitucionalismo e à participação ativa na vida pública e política, com destaque para as leis fundamentais que nos regem. Neste sentido, o tema genérico do constitucionalismo servirá de base para o foco, concretizado em alguns dos Projetos concretos e também na abordagem letiva do dia-a-dia, nos temas da participação nos debates públicos de interesse social, dos deveres e direitos de cidadania, e das implicações práticas da diversidade cultural, económica e social à luz dos princípios da tolerância e do respeito.

Em termos do Projeto, a operacionalização do tema proposto pela ONU para 2020 e do tema relacionado com o Bicentenário do Constitucionalismo passa por dar resposta às seguintes questões:

- Enquanto escola, quais serão os compromissos que alunos, professores e demais pessoas que compõem a comunidade escolar devem assumir face aos desafios colocados a nível global com as questões do ambiente?
- Que projectos de turma ou interturmas podemos desenvolver para melhor promover uma cultura de respeito e interesse pelo ambiente, nomeadamente com a protecção e saúde das plantas?
- Que acções promover para melhorar atitudes e comportamentos, tendentes ao respeito pelos direitos humanos, e à promoção da igualdade, da democracia e da justiça social entre os diferentes atores educativos?

Ano letivo 2020/2021: Para o ano letivo de 2020-2021, o projeto pedagógico “**Ambiente e Trabalho: sustentabilidade e dignidade**” assenta em dois propósitos e valores chave: **a premência da proteção ambiental e o trabalho como uma questão de dignidade humana**. São pressupostos para o desenvolvimento explícito e implícito deste tema, o “Ano Especial” no V aniversário da publicação da Encíclica *Laudato Sí*, do Papa Francisco, comemoração que já está em curso neste ano de 2020-2021, com base no documento interdicasterial “*A Caminho dos Cuidados da Casa Comum*” e, por outro lado, o Ano Europeu do Transporte Ferroviário, bem como o Ano Internacional da Eliminação do Trabalho Infantil, declarado pela ONU.

Em termos de ambiente, a Encíclica *Laudato Sí*, é-nos reproposta, cinco anos depois, como uma chamada de atenção para resultados ainda a alcançar, um elenco de boas-práticas em curso ou a implementar e ainda pistas de acção. Na revisitação da Encíclica, somos conduzidos pelo documento “*A caminho dos Cuidados da Casa Comum*” onde é proposto às entidades formadoras um “Pacto Educativo” como ecologia integral do mundo natural com o mundo humano, aconselhando mesmo a que os estudantes escolham cursos relacionados com a protecção e sustentabilidade ambiental.

Também a União Europeia, ao promover o **Ano Europeu dos Transportes Ferroviários**, pretende, entre outros, evidenciar o transporte ferroviário como um meio de transporte sustentável. É a única modalidade de transporte que, desde 1991, tem reduzido as emissões de CO₂, contribuindo para cumprir “o compromisso político da União Europeia de se tornar neutra em termos de clima até 2050, para proteger o planeta e os cidadãos” [<https://www.portugal2020.pt/content/uniao-europeia-alcancar-neutralidade-climatica-ate-2050>].

Por sua vez, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AG-ONU), no âmbito do pedido endereçado à comunidade internacional no sentido de serem

intensificados os esforços para a erradicação do trabalho forçado e do trabalho infantil, adoptou uma resolução a declarar o ano de 2021 como o “*Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil*”, tendo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) assumido a liderança na sua implementação.

A *Declaração Universal dos Direitos das Crianças*, de 1959, no seu princípio VII, estabelece o direito da criança “*em receber educação escolar, a qual será gratuita e obrigatória, ao menos nas etapas elementares. Dar-se-á à criança uma educação que favoreça sua cultura geral e lhe permita - em condições de igualdade de oportunidades - desenvolver as suas aptidões e a sua individualidade, seu senso de responsabilidade social e moral. Chegando a ser um membro útil à sociedade.*”

Na sua *Agenda 2030*, em vigor a partir do dia 1 de Janeiro de 2016, a ONU consagra, nas dimensões social, económica e ambiental, 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com o propósito de “*transformar o nosso mundo*” em termos: (1) da *erradicação da pobreza*; (2) da *erradicação da fome*; (3) da *saúde de qualidade*; (4) da *educação de qualidade*; (5) da *igualdade de género*; (6) da *água potável e saneamento*; (7) das *energias renováveis e acessíveis*; (8) do *trabalho digno e crescimento económico*; (9) da *indústria, inovação e infra-estruturas*; (10) da *redução das desigualdades*; (11) das *cidades e comunidades sustentáveis*; (12) da *produção e consumo sustentáveis*; (13) da *acção climática*; (14) da *protecção da vida marinha*; (15) da *protecção da vida terrestre*; (16) da *paz, da justiça e das instituições eficazes*; (17) das *parcerias para a implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável*.

No que concerne ao objectivo 8 (*trabalho digno e crescimento económico*), a ONU aponta a necessidade de “*tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, assegurar a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo o recrutamento e utilização de crianças-*

soldado, e, até 2025, acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.”

Estima-se, de acordo com dados da OIT de 2016, que, ao nível mundial, 152 milhões de crianças com idades entre os cinco e os dezassete anos se encontram envolvidas em trabalho infantil, sendo que 48% com idades compreendidas entre os cinco e os onze anos, 28% entre doze e catorze anos e 24% entre quinze e dezassete anos. Já quanto aos sectores de actividade económica de maior concentração de trabalho infantil, destaca-se a agricultura e a indústria extractiva com 71%, seguindo-se os serviços com 17% e a indústria transformadora com 12%.

Inserem-se neste conjunto de dados os exemplos de violações de direitos humanos e, especialmente de direitos das crianças, investigados e denunciados pela Amnistia Internacional: o caso da República Democrática do Congo, em que as escavações das minas de cobalto são feitas manualmente por crianças; o caso da Costa do Marfim, em que o trabalho nas plantações de cacau é assegurado, em grande medida, por crianças, satisfazendo assim o fornecimento de empresas de produção de chocolate como a Mars, a Nestlé e a Hershey, empresas que nunca deixaram de contar com menores nas suas cadeias de fornecimento; o caso do Uzbequistão, um dos maiores exportadores mundiais de algodão, contando nas suas plantações com mão-de-obra infantil.

Todas estas situações, se, por um lado, contrariam o princípio do direito à educação e ao lazer infantil estabelecido na *Declaração Universal dos Direitos das Crianças*, por outro lado, dão conta de que há ainda um longo caminho a percorrer em matéria de erradicação do trabalho infantil, constituindo, por isso, um sério desafio ao objectivo traçado pela ONU, na sua *Agenda 2030*, de acabar com o problema em todas as suas formas até ao ano de 2025.

Embora a maioria dos países tenha legislação sobre trabalho infantil, a OIT considera necessário fortalecer a fiscalização, apontando a pobreza e a

ausência de acesso a programas educativos e de segurança social como factores que se encontram por detrás da não erradicação deste problema.
